

SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLENCIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS ESPAÇOS DE DISCUSSÃO NO CAMPUS IFTM UBERABA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n5-312>

Data de submissão: 21/04/2025

Data de publicação: 21/05/2025

Bruna Lara Campos
Mestranda

Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica - Mestrado Profissional em Educação Tecnológica - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberaba

Welisson Marques
Orientador

Professor Doutor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberaba e Orientador da Pesquisa

RESUMO

A presente pesquisa tem como escopo investigar se os Cursos Técnicos integrados em: administração, alimentos, agropecuária, meio ambiente e química ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus* Uberaba contribuem para discussão de Segurança Pública e violência dentro das salas de aula. A pesquisa possui caráter exploratório, que busca proporcionar uma compreensão inicial sobre o fenômeno, levantar hipóteses e identificar variáveis relevantes, sem buscar resultados definitivos e de forma qualitativa. O estudo baseou-se em grupos focais realizados com alunos voluntários pertencentes aos Cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio do IFTM – *Campus* Uberaba. Para a realização dos grupos focais esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa garantindo a proteção dos participantes. O público-alvo foi definido considerando a educação básica com a formação profissional, uma vez que EPT deve promover uma formação que não separe o saber acadêmico do saber técnico, mas que os articule de forma a proporcionar uma educação integral aos estudantes. As respostas obtidas nos grupos focais foram examinadas sob a luz da Análise de Discurso à Francesa que é uma abordagem que estuda como o sentido é produzido nos discursos, considerando a relação entre linguagem, ideologia e contexto histórico. A vertente é foucaultiana da Análise de Discurso que enfatiza como o discurso produz saberes, subjetividades e exerce poder. Ao final, através das análises realizadas com os dados coletados, restou demonstrado que os participantes desejam que sejam oportunizados momentos para que possam discutir a temática proposta na pesquisa.

Palavras-chave: Educação. Educação Profissional e Tecnológica. Segurança Pública.

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública é um assunto importante e relevante que afeta a todos, inclusive os estudantes. No entanto, a forma como esse assunto é abordado nas escolas pode variar de acordo com cada país, estado ou região. Algumas escolas podem incluir a segurança pública em seus currículos, enquanto outras não.

Uma possível razão para a falta de discussão sobre segurança pública nas escolas é a falta de recursos e a capacitação para lidar com esse assunto. Alguns professores podem não se sentir preparados para abordar questões de segurança pública com seus alunos, especialmente se isso envolver assuntos como violência, criminalidade e drogas.

Além disso, alguns pais e responsáveis podem preferir que a escola se concentre em outros assuntos tais como matemática, ciências e literatura, ao invés de discutir questões de segurança pública. Isso pode levar a uma falta de apoio e interesse da comunidade escolar em abordar esse assunto.

No entanto, a segurança pública é uma questão crucial que impacta a vida de todos, especialmente os jovens. As escolas podem desempenhar um papel importante na educação dos estudantes sobre como se manterem seguros e como contribuir para a segurança da comunidade em que vivem.

É importante que as escolas trabalhem para encontrar maneiras de incluir a segurança pública em seus currículos e programas educacionais, para que os estudantes estejam preparados para lidar com as questões relacionadas à temática em suas vidas pessoais e profissionais procedendo uma adequação à realidade que vivenciamos, fugindo do óbvio ou do rotineiro.

No percurso desta pesquisa investigamos a questão da Segurança Pública e violência em âmbito da Educação Profissional e Tecnológica nas escolas técnicas, em específico no Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Triângulo Mineiro, no *Campus Uberaba*, que oferece curso em diversos níveis, modalidades e turnos. Urge compreender se tal instituição de ensino têm sido alvo de atenção, quando refletimos sobre segurança pública. E se tais reflexos de alguma forma influem a qualidade de aprendizagem dos acadêmicos.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA PESQUISA

É importante conceituarmos a questão da violência na atualidade e no contexto das escolas e institutos, que são espaços de construção do ser humano. Atos de violências podem vir de fatores externos ao ambiente escolar e podem surgir de discussões entre alunos ou professores, podem estar na bagagem dos discentes e ser condicionante do ambiente escolar. Fato é que, dar um único significado ao termo violência seria andar em círculos e não chegar a uma conclusão:

Se podemos verificar que não há um consenso entre estudiosos em torno do conceito, mas apenas coincidência em termos de pontos de vista, eu percebia que era preciso saber mais sobre violência. O que se conseguiu até hoje através de estudos foram alguns posicionamentos, sem, contudo, se chegar a um sentido comum do termo, como era esperado, o que, a bem da verdade, constituiria em um erro fundamental, porque conceito é sempre construído, dada a sua natureza cultural e subjetiva. (Marra ,2007, p. 35-36)

Uma das grandes bases para estudos na sociologia é a pesquisa das relações da educação e os impactos das formas de violência e sofrimento que podem afetar os estudos e a educação: “O maior valor da sociologia então, está em poder oferecer as ‘armas’ para enxergar e combater a violência simbólica que leva o sofrimento distribuído socialmente” (Grenfell, 2018, p. 236).

A violência perpassa por vários caminhos, e quando ocorre no meio escolar ela atinge o indivíduo em várias nuances. Muitas vezes, ela pode ocorrer no interior dos ambientes escolares, extramuros e pode envolver alunos, professores e indivíduos fora do meio acadêmico que se apropriam das fragilidades estruturais. E ainda pode aparecer de forma simbólica, onde, muitas vezes, a própria vítima não tem percepção do que ocorre e como está manifestando a violência, conforme explicitava em sua tese o sociólogo francês Pierre Bourdieu: “O que denomino de violência simbólica ou dominação simbólica, ou seja, formas de coerção que se baseiam em acordos não conscientes entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais” (Bourdieu, 2012, p. 239).

Todavia além do ser, do discente e do professor, essa violência afeta uma comunidade. É essencial abordar a violência escolar de maneira integral, envolvendo alunos, professores, pais, colaboradores escolares para prevenir e deter estas condutas negativas. Os programas de prevenção e sensibilização, assim como a promoção de um ambiente escolar seguro e respeitoso, são fundamentais para combater a violência escolar e criar um ambiente de aprendizado positivo para todos os estudantes. O conceito da Comunidade é algo único que não pode ser descartado, a comunidade é indissociável do ambiente escolar de aprendizagem, tudo ao seu redor é afeto aos interesses da comunidade e dos elementos que a compõem.

3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA COMO BASE DE DIREITOS

A educação integrada é uma modalidade de ensino que busca congregar o ensino médio com a educação profissional, visando uma formação mais completa e abrangente para os estudantes. No Brasil, a educação integrada é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e pela Lei do Ensino Médio Integrado de 2008.

A educação integrada no Brasil é oferecida principalmente em escolas técnicas estaduais e federais, que disponibilizam cursos técnicos de nível médio em diversas áreas do conhecimento, como informática, mecânica, eletrotécnica, administração, entre outras. Os estudantes matriculados nessas

escolas têm acesso a uma formação geral comum a todos os alunos do ensino médio, além de uma formação técnica específica, que pode ser complementada por estágios e projetos de pesquisa.

Um dos principais objetivos da educação integrada é promover a inserção dos estudantes no mercado de trabalho, oferecendo uma formação profissionalizante que os prepare para as demandas do mundo do trabalho. Além disso, a educação integrada também busca desenvolver habilidades e competências que são importantes para a vida em sociedade, como o senso crítico, a criatividade, a capacidade de trabalho em equipe e o respeito às diferenças.

No entanto, a educação integrada no Brasil ainda enfrenta desafios, como a falta de investimentos em infraestrutura, a escassez de profissionais qualificados para atuar nessa modalidade de ensino e a necessidade de uma revisão curricular constante para acompanhar as mudanças tecnológicas e sociais. Apesar desses desafios, é uma modalidade importante para a formação dos estudantes brasileiros, pois oferece uma formação mais completa e abrangente, possibilitando a construção de projetos de vida mais sólidos e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país.

Ao iniciar o debate proposto nesta pesquisa e por conseguinte suas reflexões, imperioso é trazer o conceito de Educação Profissional e Tecnológica, ou vertentes que tentam significar a EPT. Embora muitos autores (Marise Ramos, Antônio Gramsci, Zabala) complementem entre si um conceito único, a EPT não pode ser definida de maneira solo, “significa um compromisso com a formação integral” (Pereira; Feijó, 2020).

O contexto e toda a nossa historicidade envolvida com a educação nos trouxe ao que chegamos hoje e no debate que é proposto. A relação das expressões da questão social atrelado ao fato de buscar uma profissão, vem à tona as reflexões que seguem:

De acordo com Marise Ramos (2012), quando se afirma uma “educação profissional”, compromete-se não apenas com o repasse de fragmentos de conteúdos e competências específicas, mas com a (trans)formação discente em sua integralidade. (Pereira; Feijó, 2020, p.135).

Inicialmente, precisamos compreender a educação como direito fundamental, que deve ser igualitária e democrática, inclusiva e emancipadora. O que temos é uma educação que separa, que não se baseia na politecnia, nem na educação ominilataeral (quando o indivíduo é visto em sua totalidade). São nessas nuances que nascem os maiores abismos e preconceitos acerca da Educação Profissional e Tecnológica.

A educação nos permite exercer o trabalho, expressão exclusivamente dada aos homens no poder de laborar, ofício desenvolvido de forma instintiva e natural pelos homens para sua sobrevivência.

Nascimento e Sbardelotto (2008) narram que os homens se diferem dos animais pela forma que trabalham, e trabalhar é inerente ao demais seres humanos, “para a teoria marxista é inadmissível a exploração de uma minoria sob o trabalho da maioria. Isso significa que, enquanto uns trabalham para produzir os bens de subsistência para todos, uma parcela da sociedade desfruta do ócio.” (Nascimento; Sbardelotto, 2008, p. 277).

O trabalho requer qualificações e é vendido de forma a criar um fluxo que é normalizado atualmente. O debate histórico acerca da evolução do trabalho e a educação cabe uma discussão a parte e de grande importância, contudo não é o objeto deste projeto.

Atualmente, temos os Institutos Federais que não somente ofertam a EPT com qualidade, como corroboram para que essa forma de educação seja igualitária, vejamos:

Marise Ramos (2015) expõe que, apesar de correntes políticas estarem organizadas para o descarte de uma formação integral e cidadã do ser humano no ensino técnico, leis e diretrizes da EPT, na última década anterior ao retorno à barbárie que estamos vivenciando, afirmaram essa dimensão formativa como fundamental para o desenvolvimento da sociedade, criando, por exemplo, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei 11.892/2008), que nascem voltados para uma educação escolar comprometida com a construção democrática do bem comum: a formação humana integral, omnilateral e cidadã, fundada no trabalho como princípio educativo (Pacheco, 2010 *apud* Pereira; Feijó, 2020, p.135-136).

O debate aqui, para além de estudar a historicidade do trabalho e a relação com a EPT, engendra para compreendermos os reflexos dessa qualificação, e os impactos em uma sociedade capitalista com abismos sociais em diversos aspectos sejam econômicos, raciais, locais e culturais.

Nascimento e Sbardelotto (2008) abordam ainda, a questão na visão de Gramsci, da consideração do ser, e das necessidades do homem, concluindo que trabalhar é a única forma de ser humano e de sobrevivência. Assim, a EPT para além de atender e satisfazer a curto prazo uma profissão, propicia ao aluno capacidade de desenvolvimento de ofício para a prática laborativa.

Em 1997, a Educação Profissional e Tecnológica foi inserida na legislação por meio do Decreto nº 2.208/1997, que teve como base trazer de volta e fortalecer a EPT, com subsídios que norteiam o Decreto nº 5.154/2004, que é consolidação do Ensino Profissional e Tecnológico integrado.

Aliada a politecnia, a formação do indivíduo será completa e em todas as suas nuances “em uma perspectiva de inclusão do trabalhador; é um dos avanços desenvolvidos pela educação brasileira

rumo a extinção da desigualdade das classes sociais e da própria dualidade na formação das escolas dentro do país". (Sterling, 2021, p.18/19).

3.1 EPT COMO PRÁXIS

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil configura-se como um campo estratégico para a articulação entre trabalho, ciência e emancipação humana. Nesse contexto, as contribuições de Demerval Saviani e Marise Ramos oferecem bases teóricas fundamentais para compreender sua função social, superando visões reducionistas que a limitam à mera formação para o mercado.

Saviani (2008) defende que a educação integrada deve romper com a dualidade histórica entre formação geral e profissional, típica da sociedade capitalista. Para o autor, a EPT deve estruturar-se a partir do "trabalho como princípio educativo", conceito que reconhece a atividade laboral como eixo central da formação humana:

"A educação profissional não pode ser dissociada da formação omnilateral, que integra dimensões técnica, política e cultural. Trata-se de formar trabalhadores críticos, capazes de intervir na realidade e não apenas de adaptar-se às demandas do capital" (Saviani, 2008, p. 45).

Essa abordagem critica modelos que fragmentam o conhecimento, propondo, em seu lugar, uma política educacional unitária, em que a técnica e a humanidade se complementam. Saviani ressalta ainda o papel dos Institutos Federais como espaços privilegiados para essa integração, ao oferecerem educação pública gratuita de qualidade, vinculada a projetos de desenvolvimento social.

Marise Ramos (2014), por sua vez, alerta para os riscos da subordinação da EPT às lógicas neoliberais, especialmente na ênfase excessiva em "competências" alinhadas ao mercado. Em "A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?" (2006), a autora questiona:

"A formação técnica reduzida a competências fragmentadas esvazia o potencial emancipatório da educação, transformando-a em instrumento de adequação passiva às exigências produtivas" (Ramos, 2006, p. 92).

Para Ramos, a EPT deve priorizar a formação integrada, que associa saber técnico à reflexão crítica sobre o mundo do trabalho e suas contradições. Em suas palavras:

"A educação profissional só cumpre seu papel social se for capaz de articular o ensino técnico com a formação humana integral, preparando sujeitos para ler a realidade e nela intervir" (Ramos, 2014, p. 85).

Ambos os autores destacam que a EPT não pode ser reduzida a um "treinamento" para o emprego, mas deve superar a dicotomia entre a teoria e prática integrando conhecimentos científicos e técnicos. Promover a emancipação, formando cidadãos conscientes de seus direitos e da transformação social e combater a precarização, resistindo a modelos flexibilizados que desvalorizam a escola pública.

Entretanto, os desafios persistem. A reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), por exemplo, ao fragmentar a formação e incentivar itinerários técnicos precoces, afasta-se do projeto defendido por Saviani e Ramos. Como lembra Saviani (2013), **"a educação profissional só é efetivamente democrática quando garante acesso ao conhecimento elaborado a todos, sem segregar os pobres ao ensino técnico e os ricos ao universitário"**.

A EPT, tal como concebida por Saviani e Ramos, é um projeto político-pedagógico que visa à formação omnilateral - técnica, crítica e cidadã. Seu sucesso depende de políticas públicas que valorizem a escola pública, a gestão democrática e a indissociabilidade entre trabalho e educação. Nesse sentido, os Institutos Federais emergem como experiências emblemáticas, mas exigem constante defesa contra os ataques à educação pública e gratuita.

Segundo Saviani (2008), a educação integrada deve buscar a construção de um conhecimento significativo, que seja capaz de articular as diversas áreas do saber e contribuir para a formação de cidadãos autônomos e participativos. Para ele, é preciso superar a visão fragmentada do conhecimento, que separa as disciplinas em compartimentos estanques e não leva em conta as relações entre elas. O autor também defende a importância da formação técnica e profissional, mas ressalta que ela não deve ser vista como um fim em si mesma. Em vez disso, deve estar integrada a uma formação mais ampla, que considere as dimensões sociais, culturais e políticas da realidade.

Dessa forma, Demerval Saviani (2008) propõe uma Educação Integrada que seja capaz de articular os diferentes saberes em uma perspectiva crítica e transformadora, buscando formar cidadãos mais conscientes e participativos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Marise Nogueira Ramos (2006), aborda o conceito de competências na educação, analisando as implicações pedagógicas e sociais desse enfoque. A autora faz uma análise crítica das diferentes concepções de competências e discute como elas têm sido aplicadas na prática educacional, questionando se estão promovendo a autonomia dos estudantes ou apenas os preparando para se adaptarem às demandas do mercado de trabalho.

Em sua obra "A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?", Marise Nogueira Ramos (2006) apresenta uma análise crítica sobre as abordagens de competências na educação, questionando suas implicações pedagógicas e sociais. A autora destaca a importância de uma

formação que busque equilibrar a formação técnica com a formação humana, promovendo a autonomia dos estudantes como cidadãos críticos e reflexivos, e examina os desafios e dilemas relacionados à avaliação e às implicações políticas desse enfoque pedagógico.

A autora enfatiza a importância de integrar a educação básica com a formação profissional. Para ela, a EPT deve promover uma formação que não separe o saber acadêmico do saber técnico, mas que os articule de forma a proporcionar uma educação integral aos estudantes. Essa integração visa formar indivíduos capazes de atuar de maneira crítica e reflexiva no mundo do trabalho e na sociedade. Na visão de Ramos, a EPT deve ir além da simples preparação para o mercado de trabalho. Ela defende uma formação que inclua tanto aspectos técnicos quanto humanísticos, contribuindo para o desenvolvimento completo dos estudantes. Isso inclui a formação ética, cultural e política, preparando os alunos para serem cidadãos ativos e conscientes.

Destarte, segundo Ramos: “faz-se necessário uma ação mais concentrada na escola, buscando na prática social e pedagógica do professor os elementos e os mecanismos de superação do estado de coisas presente” (2014, p. 96), aprofundando no ensino humanista.

A EPT pode ser vista como um instrumento de emancipação dos trabalhadores. Ela defende que a educação profissional deve contribuir para a autonomia dos indivíduos, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para a transformação social e para a luta por melhores condições de vida e trabalho, destacando a necessidade de democratizar o acesso a essa modalidade de ensino, em prol de uma política educacional que garanta oportunidades iguais para todos.

4 VIOLÊNCIA ESCOLAR E SEGURANÇA PÚBLICA COMO DIREITO

Como direito fundamental, a segurança pública é responsabilidade do Estado, que deve promover políticas públicas e investir recursos para garantir a proteção dos cidadãos. Isso inclui a criação de órgãos de segurança pública, como a Polícia Federal, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros, entre outros, que têm a função de proteger a população e manter a ordem pública.

No entanto, a segurança pública também é um direito que pode ser violado em diferentes níveis. A falta de investimentos na área de segurança, a corrupção policial, a impunidade dos crimes, a discriminação e a violência institucional são exemplos de violações desse direito.

Por isso, é importante que a segurança pública seja abordada não apenas como uma questão de policiamento e repressão, mas como um **direito humano** que deve ser garantido de forma ampla e integral, levando em conta os diversos fatores que influenciam a violência e a criminalidade, como a pobreza, a desigualdade social, o acesso à educação, saúde e cultura, entre outros.

Assim, é fundamental que as políticas de segurança pública sejam desenvolvidas de forma participativa, envolvendo a sociedade civil, organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa, e os diferentes órgãos de segurança pública, a fim de garantir a efetividade do direito à segurança e a construção de uma sociedade mais justa e pacífica.

A relação entre a questão social e a violência é complexa e multifacetada. A violência pode ser considerada uma das consequências mais graves das desigualdades sociais e da exclusão social. A desigualdade social é uma das principais causas da violência, pois as condições de vida precárias, a falta de acesso a serviços básicos como saúde, educação, moradia, alimentação e emprego, bem como a falta de oportunidades e perspectivas de futuro, podem levar a situações de vulnerabilidade social e, em alguns casos, à criminalidade e violência.

Por exemplo, a falta de políticas públicas para combater a pobreza e a exclusão social pode levar à formação de áreas de alta vulnerabilidade, conhecidas como favelas, bairros de periferia ou guetos, onde a violência é mais comum. A falta de acesso a serviços básicos nessas áreas, como saúde, educação e emprego, pode gerar situações de tensão e conflito, que, em alguns casos, podem levar à violência.

Além disso, a cólera também pode ser considerada uma forma de violência simbólica, na qual a discriminação e a exclusão social são reproduzidas por meio de práticas e discursos discriminatórios, que afetam a autoestima e a dignidade dos indivíduos. A violência simbólica pode ser vista em situações de discriminação racial, de gênero ou de orientação sexual, que geram sentimentos de inferioridade, impotência e raiva, que podem se manifestar em atos de violência.

Assim, é importante abordar a violência não apenas como um problema de segurança pública, mas como uma questão social complexa, que envolve diferentes fatores, como a pobreza, a desigualdade social, a exclusão e a discriminação. É fundamental que as políticas públicas sejam desenvolvidas de forma integrada e participativa, envolvendo a sociedade civil, os órgãos de segurança pública, as instituições de ensino e pesquisa, a fim de promover a justiça social e a construção de uma sociedade mais pacífica e igualitária.

4.1 SOCIOLOGIA, EDUCAÇÃO E PRÁXIS COMO FERRAMENTA DE ENSINO

Zygmunt Bauman foi um sociólogo polonês conhecido por suas contribuições para a teoria social contemporânea, especialmente em relação à pobreza das relações sociais, à modernidade líquida e à globalização (Bauman, 2005). Ele não é conhecido por tratar diretamente a temática segurança pública, suas ideias podem ser aplicadas nesse viés para entender as dinâmicas sociais que afetam a segurança pública e as políticas de segurança.

Na discussão do autor e da proposta desta pesquisa, relacionada ao tema da segurança, disseminou o termo "modernidade líquida" para descrever uma sociedade caracterizada pela instabilidade, pela fluidez das relações sociais e pela falta de estruturas duradouras (Bauman, 2005):

"Na modernidade líquida, a busca por segurança transformou-se num paradoxo existencial: quanto mais nos esforçamos por alcançá-la através de muros, leis e sistemas de vigilância, mais frágeis e vulneráveis nos sentimos. A segurança, outrora um direito coletivo garantido pelo Estado social, tornou-se hoje uma mercadoria privada, acessível apenas aos que podem pagar por sua ilusão. Nessa sociedade de indivíduos, o medo substituiu a solidariedade como cimento social, e os espaços públicos - outrora territórios de encontro - são agora zonas de suspeição e evitação mútua." (Bauman, 2007, p. 103)

No contexto da segurança pública, essa abordagem pode ser usada para examinar como as questões de segurança são percebidas e abordadas em uma sociedade onde as fronteiras entre o público e o privado, o local e o global, muitas vezes se tornam fluidas.

No contexto da segurança pública, essa ideia pode ser usada para compreender como as mudanças rápidas e as complexidades da sociedade contemporânea podem afetar a percepção de segurança e a força das estratégias de segurança.

Antônio Gramsci foi um filósofo, teórico político e ativista italiano que é conhecido por suas contribuições à teoria crítica, especialmente por seu conceito de "hegemonia" e suas análises sobre a política, cultura e sociedade. Embora Gramsci não tenha escrito especificamente sobre segurança pública, suas ideias sobre poder, dominação e transformação social podem ser aplicadas para entender a relação entre Gramsci e a segurança pública. Para o autor existe a conjunção entre cultura e segurança pública para a manutenção da ordem social capitalista.

Neste sentido, os conceitos de Gramsci podem ser relacionados ao tema da segurança pública com o pensamento e desenvolveu a ideia de "hegemonia", que se refere ao poder exercido por uma classe dominante não apenas através da coerção, mas também através da legitimação e da influência cultural. No contexto da segurança pública, a análise gramsciana poderia ser usada **para examinar como as políticas de segurança são moldadas e justificadas para manter a ordem social e atender aos interesses das elites dominantes** (Gramsci, 2000).

Já Pierre Bourdieu (1989) foi um sociólogo francês conhecido por suas teorias sobre a estruturação do poder, as relações sociais e a reprodução das desigualdades. Da mesma forma, assim como os autores já citados, embora Bourdieu também não tenha se dedicado especificamente ao tema da segurança pública, suas ideias podem ser aplicadas para analisar as dinâmicas sociais e institucionais que alcançaram a segurança pública. O autor afirma: "O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem" (Bourdieu, 1989, p.7).

Apresento algumas maneiras pelas quais as ideias de Bourdieu podem ser relacionadas ao tema da segurança pública: Campo e Poder. Em seus estudos o autor desenvolveu o conceito de "campo" para descrever espaços sociais nos quais diferentes atores competem por recursos e "poder".

Assim, a questão da segurança pública pode ser vista como um campo, onde diferentes atores, como policiais, políticos, comunidades e mídia, interagem para definir políticas e práticas de segurança. E discutem sobre a distribuição desigual de poder e recursos. No contexto da segurança pública, podemos entender a área como um campo em que atores sociais, como cidadãos, policiais, políticos e organizações, interagem em torno de questões de crime, justiça e ordem pública (Bourdieu, 1989).

Paulo Freire foi um educador e filósofo brasileiro, mais conhecido por seu trabalho influente no campo da educação, particularmente suas ideias sobre pedagogia crítica e educação popular (Freire, 1979). Ele acreditava em capacitar os indivíduos por meio da educação para compreender e analisar criticamente suas realidades sociais e políticas, levando à transformação pessoal e coletiva. Neste sentido qual a relação que se pode fazer entre o tema segurança Pública e o autor?

Embora o principal foco de pesquisa de Paulo Freire tenha sido a educação e a justiça social, suas ideias podem ser aplicadas a vários contextos, **incluindo questões relacionadas à segurança e segurança pública**. A ênfase de Freire no diálogo, no pensamento crítico e no envolvimento da comunidade pode ter implicações sobre como as sociedades abordam questões de segurança pública e proteção. A aplicação dos princípios de Freire ao contexto da segurança pública pode envolver o engajamento da comunidade: A pedagogia de Freire incentiva o diálogo aberto e respeitoso entre indivíduos e comunidades. Assim, o autor reforça:

[...] tomando esta relação como objeto de sua reflexão crítica, os homens esclarecerão as dimensões obscuras que resultam de sua aproximação com o mundo. A criação da nova realidade [...], não pode esgotar o processo da conscientização. A nova realidade deve tornar-se como objeto de uma nova reflexão crítica. Considerar a nova realidade como algo que não possa ser tocado representa uma atitude tão ingênua e reacionária como afirmar que a antiga realidade é intocável. (Freire, 1979, p. 15 e 16).

No cenário e contexto da segurança, isso pode significar envolver as comunidades locais em discussões sobre prevenção ao crime, práticas de aplicação da lei e políticas que as afetam. Envolver as comunidades no processo de tomada de decisão pode levar a medidas de segurança mais eficazes e equitativas.

Destarte a pedagogia crítica abre caminhos e possibilidades para o sujeito conhecer e exercer a liberdade, tornando-se apto a construí-la responsávelmente buscando a igualdade social, a garantia de seus direitos, o respeito à dignidade humana, o fim das injustiças sociais e da opressão.

Para Freire, a verdadeira segurança nasce da superação da "cultura do silêncio" que mantém as populações marginalizadas como objetos passivos das políticas de controle. Em sua análise, os modelos tradicionais de segurança pública reproduzem a lógica bancária da educação que ele criticava: o Estado "deposita" medidas de controle nas comunidades, em vez de promover diálogo que as torne sujeitos de sua própria proteção. "Ninguém liberta ninguém, ninguém se libera sozinho: os homens se libertam em comunhão" (Freire, 1987, p. 50). Esta afirmação revela o cerne de uma visão freireana de segurança - não como imposição vertical, mas como construção horizontal.

A violência, nesta perspectiva, não é um fenômeno isolado, mas sintoma das "estruturas opressoras" que Freire denunciava. A criminalidade cresce onde há "violência institucionalizada" da exclusão educacional, econômica e política. Daí sua ênfase na educação como prática de liberdade: "A educação sozinha não transforma a sociedade, mas sem ela a sociedade tampouco muda" (Freire, 2000, p. 67). Uma política de segurança verdadeiramente eficaz exigiria, portanto, o que Freire chamava de "leitura crítica do mundo" - compreender as raízes sociais da violência para superá-las dialeticamente.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A premissa metodológica ocorreu a partir da intenção de analisar os Projetos Pedagógicos do Cursos Técnicos integrados em administração, alimentos e agropecuária, meio ambiente e química ao ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus Uberaba* e se tais instrumentos contemplam momentos para discussões acerca da temática segurança pública. Paralelo à pesquisa bibliográfica junto ao Projetos pedagógicos foi realizado uma pesquisa de campo junto aos discentes do último ano dos Cursos Técnicos integrados em: administração, alimentos, agropecuária, meio ambiente e química ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus Uberaba*, através da técnica de grupo focal. Os participantes puderam apresentar quais as demandas/necessidades que eles têm acerca da temática.

Elaboração do resultado foi realizado após leitura comprehensiva de todo o material coletado (bibliográfico e de como) e do diálogo realizado acerca do tema e objetivos.

Todos os Projetos pedagógicos dos cursos destacados foram extraídos da página principal do Instituto¹ e estudados minuciosamente.

Esta pesquisa englobou levantamento bibliográfico pertinente ao tema a partir do que vem sendo publicado por outros autores em livros, artigos científicos, teses e dissertações. Segundo Gil

¹ <https://iftm.edu.br/cursos/uberaba/tecnico-integrado/administracao/>; <https://iftm.edu.br/cursos/uberaba/tecnico-integrado/agropecuaria/>; <https://iftm.edu.br/cursos/uberaba/tecnico-integrado/alimentos/>; <https://iftm.edu.br/cursos/uberaba/tecnico-integrado/meio-ambiente/>; <https://iftm.edu.br/cursos/uberaba/tecnico-integrado/quimica/>.

(2008, p. 61), as fundamentações teóricas de uma pesquisa qualitativa podem ser investigadas a partir de diversas fontes bibliográficas como “[...] livros de leitura corrente” e “[...] obras de referência, teses e dissertações, periódicos científicos, anais de encontros científicos e periódicos de indexação e resumo”.

Para Ander-Egg (1978:28), a pesquisa é um “procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”. A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. (Ander-Egg, 1978, *apud* Lakatos; Marconi, 2010, p. 139).

Para o processo de coleta de informações junto aos alunos egressos foi realizada uma entrevista semiestruturada, no grupo focal, com o recurso de um gravador, objetivando manter a fidedignidade dos dados coletados e, por conseguinte, nas ações.

[...] essa entrevista requer a elaboração de questionamentos básicos (um roteiro preliminar de perguntas), apoiados nas questões e teorias descritas no estudo de forma a oferecer um amplo campo de interrogativas, que surgem à medida que se recebe as informações do sujeito da pesquisa. O entrevistador tem a liberdade de acrescentar novas perguntas ao roteiro para aprofundar e esclarecer pontos que considere relevantes aos objetivos do estudo (Figueiredo, 2009, p.115).

Foi realizada a interpretação dos dados coletados na entrevista, cabendo aqui destacar o conceito de interpretação como:

É a atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos. Em geral, a interpretação significa exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema. Esclarece não só o significado do material, mas também faz relações mais amplas dos dados discutidos. (Lakatos; Marconi, 2010, p. 152).

Aplicamos a técnica de pesquisa qualitativa, através de um grupo focal. Foi formado um grupo focal por três turmas dos cursos convidados, assim, totalizando três grupos focais contemplando os cursos de administração, alimentos e agropecuária, meio ambiente e química.

Após a conclusão do grupo focal, os dados foram analisados pormenorizadamente com base na Análise do Discurso (vertente foucaultiana) para identificar padrões, temas emergentes e insights relevantes para a pesquisa. Quais percepções dos grupos focais, resistência à temática, posicionamentos e apreensões.

Insta mencionar que para análises tais como esta pesquisa se dispõe, os grupos focais são frequentemente utilizados em pesquisa de mercado, avaliação de programas, desenvolvimento de

produtos e estudos sociais, proporcionando uma compreensão mais aprofundada das percepções e opiniões dos participantes em relação a um assunto específico.

5.1 ANÁLISE DO DISCURSO

No presente trabalho utilizamos a Análise de Discurso (AD), que é uma abordagem teórico-metodológica que se concentra no estudo da linguagem, isto é, a linguagem em curso, em seu contexto social, político e cultural. Ela busca compreender como o discurso é utilizado para construir significados e como esses significados transferidos para a construção de poder, identidades e relações sociais. A AD considera o discurso como uma prática social situada em um contexto mais amplo. Isso significa que o significado das palavras e expressões não é fixo, mas moldado pelas condições sociais, políticas e culturais em que ocorrem.

É possível realizar a Análise de Discurso (AD) em conjunto com a técnica de grupo focal. A combinação dessas abordagens pode proporcionar insights valiosos sobre como as percepções, significados e construções de sentido emergem dentro de um grupo social específico.

5.2 PESQUISA NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO

Paralelo à pesquisa de campo, junto aos alunos, esta pesquisa buscou estudar os Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos integrados ao ensino médio dos cursos de administração, alimentos e agropecuária, meio ambiente e química na visão curricular. Foi observado se havia disponível momentos disponíveis que pudesse ser inseridos os diálogos e temáticas propostos na exordial.

A análise dos PPCs permitiu uma compreensão aprofundada dos objetivos, conteúdos, métodos de ensino e avaliação, bem como das diretrizes pedagógicas que orientam esses cursos. Tais documentos asseguram a coerência pedagógica entre os diferentes componentes curriculares, garantindo que os conteúdos das disciplinas estejam alinhados com as competências e habilidades que se espera que os alunos desenvolvam ao longo do curso. **A análise dos PPCs permitiu identificar que a temática apresentada ao longo de toda pesquisa não possui indicação de discussão ou alguma disciplina que possa abranger alguma discussão.**

Embora os PPCs contemplem aspectos relacionados à formação cidadã, ética, cultural e social dos alunos, fica ausente o momento específico para discussão do escopo da pesquisa.

6 ANÁLISE DE DADOS/ COLETA DE DADOS

Os participantes foram indicados pela letra P (participantes), seguida de um numeral específico para cada participante. A presente pesquisa foi submetida á todos os trâmites exigidos para pesquisas com seres humanos², conforme prevê o Comitê de Ética e Pesquisa.

A análise será apresentada em três blocos, conforme se apresentaram cada grupo focal, composto por cinco alunos. E ao fim de forma unificada a apreensão no aspecto geral.

6.1 GRUPO FOCAL NÚMERO 1

Percepções sobre segurança pública: Os participantes associam segurança pública a um conceito coletivo, governamental e de proteção do povo, reforçando a ideia de que é uma questão social e política. Há uma percepção de que o tema é pouco valorizado e pouco discutido, o que revela uma certa invisibilidade social do assunto. Citações:

“Vem na minha cabeça de uma segurança em conjunto, de várias pessoas, uma cidade, um estado, uma segurança que vai cuidar da segurança de várias pessoas, não de uma pessoa só. Não é uma coisa privada? Isso, é uma coisa pública.” (P1)

“Segurança pública me remete a um conjunto de pessoas, mas também me remete a algo governamental, principalmente. Acho que me remete à defesa do povo, do público, por dizer assim, do povão. Certo, seria a sociedade.” (P2)

“[...]ós fazemos parte desse público, todos nós precisamos da segurança, precisamos desse. Tanto por ser remetido ao governo, a gente tem que cobrar, mas a gente também não pode reclamar, exatamente, tanto porque as pessoas não dão um certo valor nesse tipo de coisa, dessa segurança pública.” (P3)

Importância do tema na escola e na sociedade: Os jovens reconhecem a necessidade de discutir segurança pública desde cedo, destacando a importância de entender direitos, leis e a relação com a polícia. Essa visão reforça a ideia de que o discurso sobre segurança é também um discurso de cidadania e formação de identidade social. Citações:

“[...]totalmente essencial, porque a gente sabe que existem pessoas ruins no mundo e até nessa idade, pode ter menino que não está entendendo muito bem, a adolescência, aí pode acabar fazendo bobeira e uma bobeira até ainda maior, que acaba recorrendo à violência.” (P3)

“Eu acho que é um assunto que deveria ser discutido nas escolas para lembrar a gente do nosso direito, sabe? Porque a gente precisa disso, ainda mais em um ambiente escolar onde tem muitas pessoas com pensamentos diferentes uns dos outros, entendeu? E eu acho que é uma necessidade mesmo, é o que a gente está precisando. Com certeza, obviamente sim, seria muito útil um assunto como esse sendo discutido aqui desde cedo, porque muitos aqui, acredito que até a maioria são jovens, adultos, estão entrando, por assim dizer, na sociedade, no mercado de trabalho, então eu acredito que sim, é um assunto que sim, deve ser discutido o mais cedo possível.” (P4)

² Número do Parecer: 7.402.729, emitido em 21/02/2025 - CAAE: 84493924.3.0000.5154

“Com certeza, obviamente sim, seria muito útil um assunto como esse sendo discutido aqui desde cedo, porque muitos aqui, acredito que até a maioria são jovens, adultos, estão entrando, por assim dizer, na sociedade, no mercado de trabalho, então eu acredito que sim, é um assunto que sim, deve ser discutido o mais cedo possível. Eu também concordo que deveria ser um tema que tem que ser abordado, por causa que conhecimento é bom, não tem, ah, não precisa, não é importante, não, é bom você conhecer, você entender, e você até mesmo poder explicar isso para outra pessoa, caso ela te pergunte, ou caso você queira mesmo que, no caso, falar o que você entendeu.” (P5)

Definições de polícia: As falas mostram diferentes percepções, desde a polícia como uma instituição essencial para segurança até a necessidade de uma abordagem mais humanizada e menos violenta. Há também uma reflexão sobre o papel da polícia na escola, com opiniões que variam entre a necessidade de aproximação e o receio de insegurança. Citações:

“Exatamente, polícia é segurança dentro das escolas, isso é fato, mas eu acho que a gente não tem uma maturidade maior para lidar com isso. Pode ser uma coisa errada que está acontecendo, a gente vê, a gente acha que a polícia ir lá e fazer do jeito dela pode ser errado pode ser violento, mas sobre isso.” (P2)

Eu definiria a polícia como essencial, porque ajuda a gente principalmente na questão da segurança e de tudo o que precisa fazer, porque tem coisa que a gente, por nós, não conseguimos fazer, né, que a polícia é treinada e estuda para fazer isso. E eu acho que a aproximação entre a polícia e a escola deveria ser muito mais próxima, sabe, mais estreita, que eu, pelo menos nós alunos, não vemos que tem muito essa ligação, sabe, a gente vê coisas diferentes. (P3)

Propostas para melhorar o ensino e discussão do tema: As ideias incluem transformar o assunto em disciplina obrigatória, com avaliações e pontos, ou criar grupos de discussão periódicos. Há também sugestões de projetos extensionistas e rodas de conversa mais informais para promover maior engajamento. Citações:

“Acho que deveria ser uma disciplina apartada. Uma nova, 50 minutos de uma outra disciplina. Acho também que não deveria ser só em um período, e sim todo o período que a gente está aqui, pra gente entender e ter essa conexão. Saber sobre o que a gente pode fazer, o que a gente não pode, como foi dito na resposta anterior, na pergunta anterior, que a gente é muito livre. A gente pode fazer o que a gente quer, entre aspas, sabendo que é errado. Então, tendo essa matéria, a gente tem mais uma noção, e cria uma conexão também. Que vai ser pra nossa segurança mesmo.” (P1)

“Eu acredito que, em um ano só, seria muito difícil de falar tudo o que tem a abordar. Então, por exemplo, no nosso curso tem algumas matérias que a gente não tem em todos os três anos, inclusive matéria de ensino médio. Então, acho que seria difícil de a gente colocar dentro de uma matéria só, porque a gente não ia conseguir abranger tudo o que tem que abranger, pra gente ter todo o conhecimento necessário referente ao tema.” (P2)

“Eu acho que uma matéria criada pra falar sobre isso, eu não vejo tanta necessidade. Eu, na visão de aluna, eu preferiria assistir uma palestra sobre isso. Não algo assim que eu veria o ano todo, porque isso é mais questão de conscientização. Então, não importa se o aluno vai ficar lá os três anos escutando sobre isso e não botar em prática. Então, eu acho que seria bem melhor a questão de palestras. Pode ser palestras frequentes, mas não algo que seja maçante pro aluno. Certo, pra ele também não ficar cansado.” (P3)

“Então, eu acho que uma palestra, não uma, mas assim, pode ser uma sequência. Tipo uma mensal, uma ou duas a cada dois meses. “ (P4)

6.2 GRUPO FOCAL NÚMERO 2

Percepção de segurança pública: Os estudantes entendem que segurança pública envolve a proteção de espaços públicos, prevenção de crimes e sensação de segurança para todos. Eles destacam a importância de medidas como a presença de guardas, fiscalização e policiamento para aumentar o sentimento de segurança. Citações:

“Então, pelo nome, acho que a gente dá a entender que é uma segurança que deveria ser para todo mundo e em lugares que tem muito acesso de várias pessoas.” (P6)

“E segurança pública no geral, na minha percepção, seria uma forma de todo mundo se sentir mais à vontade, seguro em algum lugar e com mais liberdade de deixar alguma coisa em algum lugar e não ter medo de alguém passar e pegar, não só mesmo de roubo, mas sofrer algum tipo de assédio, alguma agressão física também.” (P8)

Experiências e opiniões sobre ações de segurança no Instituto: Os alunos comentam sobre a implantação de guardas terceirizados, rondas, uso de uniformes e o impacto dessas ações na sensação de segurança. Alguns percebem essas medidas como positivas, ajudando a prevenir incidentes e aumentando a confiança no ambiente escolar. Citações:

“E sobre o uso que a gente tem dessa disponibilidade de segurança que a gente tem aqui no Instituto, expressar um pouco sobre o que aconteceu ano passado, que foi implantado, vamos dizer, guardas, tem um nome mais específico. Eu achei realmente uma... Fazer aqui dentro? Sim, sim. Eles ficavam fazendo rondas aí e eu achei bem pertinente essa decisão que eles tomaram de colocar uma fiscalização mais séria porque a gente tem os pontos de secretaria, CRCA, porém essa segurança disponibilizada pelo governo, assim, vamos por uma segurança mais séria. Então acho que realmente foi bem pertinente, ajudou muito em alguns aspectos. [...] Uma empresa, se eu não me engano, é uma empresa terceirizada, aí eles são implantados, estão em uniforme, moto padronizada, então a gente consegue facilmente saber quem são eles. E acho que é isso, na minha concepção, uma segurança pública seria isso, uma forma de um conforto maior em lugares que tem muito acesso de pessoas, um jeito de você se sentir mais livre, mais à vontade em um ambiente. Muito bacana. (P7)

“Assim, segurança pública seria mais ou menos a segurança de lugares públicos. E aí como aqui é um lugar público, porque como é federal, aí vem muito entrado de pessoas, e aí é meio que livre, aí eu achei interessante eles terem colocado esses guardinhas, terceirizados desses serviços, porque a gente se sente muito mais seguro aqui dentro, tanto em vários aspectos, porque se a gente sempre vê o guardinha, ele sempre ronda assim, ele fica parado olhando o que está acontecendo, aí a gente se sente mais seguro de estar aqui na escola, e aí como não tem muito controle, você não consegue saber quem está entrando e quem não está. E aí como ano passado mesmo teve aquele negócio, não, acho que ano retrasado, teve aquele negócio dos massacres na escola, e aí ano passado a gente se sentiu mais seguro mesmo, realmente.” (P9)

Propostas para melhorar o ensino e discussão do tema: As ideias incluem transformar o assunto em disciplina obrigatória, com avaliações e pontos, ou criar grupos de discussão periódicos.

Há também sugestões de projetos extensionistas e rodas de conversa mais informais para promover maior engajamento. Citações:

“Não. A gente nunca... acho que nenhum tipo de matéria nunca abordou nenhum tipo desse assunto. Não, a gente não tem matéria sobre isso, mas o técnico em química à noite tem um... Não, tem um técnico em química, um concomitante mesmo, e ele tem uma matéria sobre segurança no trabalho.” (P6)

“Eu acho que seria muito interessante a gente ter essa matéria também, tanto na segurança [...], como nós somos de química, como em uma escola, né? Em geral mesmo. Acaba... não, não tive nunca... só em Proerd essas coisas, né? Não, instituto não. É que nunca aconteceu esse tipo de discussão aqui, e não teve mesmo.” (P7)

“Não, não lembro de nenhum debate acerca do tema. Eu só tive discussões com familiares que trabalham com essa área de segurança pública, aí eles já me falaram sobre, mas no instituto mesmo nunca tiveram alguma aula ou palestra sobre isso.” (P8)

Percepções sobre repressão e controle: Alguns estudantes expressam receio quanto ao excesso de fiscalização ou abordagem policial, preocupados com possíveis abusos ou sensação de opressão. Destacam a necessidade de regulamentos claros e abordagens equilibradas para evitar mal-entendidos. Citações:

“E eu tinha entendido a pergunta, que seria mais meio que trazer a polícia militar para dentro, para meio que fazer a fiscalização. E aí, tipo assim, a gente pode se sentir um pouco pressionado, caso trouxesse para cá e para ficar fiscalizando, mas, assim, no começo eu mesmo me senti, porque a gente fica com medo de qualquer coisa que você vai fazer, mesmo você não fazer nada de errado. E o que acontece? A gente fica com medo de falar alguma coisa errada e alguém brigar mesmo, né? Mas aí depois foi passando o tempo, a gente foi entendendo o real motivo deles estarem aqui, dos guardinhas estarem aqui, e a gente viu que é uma insegurança a mais mesmo.”(P10)

6.3 GRUPO FOCAL NÚMERO 3

Definições Amplas: Os participantes iniciam definindo segurança pública de maneira abrangente, incluindo as forças policiais (militar e civil) e os bombeiros como os responsáveis por defender a população. A ideia de um direito de todos, fornecido pelo Estado, também emerge como um ponto central. Citações:

“Segurança pública é tudo o que vai defender a gente, policial militar, civil, bombeiro, essas questões. De maneira ampla ou restrita, privada? Ampla. Ampla.” (P13)

“Quando você fala sobre segurança pública, por exemplo, tal local tem uma segurança pública muito alta, vamos dizer assim, um país. É querendo ou não que os cidadãos meios que não se sentem inseguros com aquela região. Então, tipo, igual uma amostra ali tinha falado, a polícia e tudo é algo meio que muito presente nessa região.” (P14)

“O que eu entendo é que é um direito de todos, na verdade, que o Estado ele deve fornecer a todos. É o direito de todo cidadão. Tem que saber que é um direito seu.” (P15)

“Para mim, seria aquilo que nos garante que a gente vai estar protegido na rua ou em qualquer lugar que a gente estiver. “(P16)

“É o que tem que nos dar segurança de que a gente está em um lugar seguro.” (p17)

Sentimento de Segurança: A ausência de insegurança em uma determinada região é associada a uma "segurança pública muito alta", indicando uma percepção de que a presença e a atuação das forças de segurança contribuem para o bem-estar dos cidadãos. Citações

“Eu acho que deveria ter curso de legítima defesa em questão de segurança tanto de qualquer sexo. Tanto masculino, feminino, criança.” (P14)

Proteção e Direito: A segurança pública é entendida como aquilo que garante a proteção dos indivíduos em espaços públicos e como um direito fundamental de todo cidadão. Citações

“Mas muitas vezes até é bom saber se defender verbalmente. Bom, eu acho que seja importante principalmente a parte da aproximação entre os órgãos que devem oferecer para a gente a segurança. E a gente, porque quebra aquele [...] Todo mundo de igualdade. Que traz mais segurança. Porque, crendo ou não, você vai ficar muito mais seguro. Você vai se sentir muito melhor para contar alguma coisa que acontece com você” (P17)

Necessidade de Discussão: Há um consenso entre os participantes sobre a importância de discutir segurança pública no ambiente do campus. A vulnerabilidade percebida e a falta de conhecimento sobre como agir em situações de risco (não apenas físicas, mas também verbais) justificam essa necessidade. Citações

Eu acho que poderia ser uma roda de conversa uma vez no mês. (P16)
Mas eu acho que tem outros cursos que não devem ter a mesma matéria que a gente. Então eu acho que poderia ser introduzido uma vez na semana. Uma aula de 50 minutos. Ou então um sábado letivo. Calma. Eu acho que não devia criar uma matéria específica para ela. (P17)

A análise dos grupos focais revela um consenso entre os participantes quanto à necessidade de discutir segurança pública no ambiente escolar, embora apresentem divergências significativas sobre as melhores estratégias para implementar esse debate. Essa variação de perspectivas exige uma avaliação criteriosa que considere os objetivos específicos, os recursos institucionais disponíveis e, principalmente, as expectativas dos próprios alunos, que demonstram interesse ativo no tema.

No material analisado, emergem quatro formações discursivas principais que configuram diferentes modos de entender e abordar a segurança escolar. A primeira, que podemos chamar de **Discurso da Prevenção e Proteção**, manifesta-se através da recorrência de termos como "evitar", "proteger", "seguro" e "vigar", revelando uma concepção de segurança centrada na antecipação de riscos e na salvaguarda física dos indivíduos. Esse enfoque reflete uma visão predominantemente técnica da segurança, preocupada com mecanismos de controle de acesso e monitoramento.

Em contrapartida, o **Discurso da Ordem e do Controle** ganha corpo nas discussões sobre a obrigatoriedade do uniforme e na defesa de fiscalização mais rigorosa. Aqui, a segurança é concebida

como manutenção da disciplina e regulação minuciosa do comportamento, numa perspectiva que privilegia a padronização como forma de minimizar ameaças. Esse enfoque revela tensões latentes entre liberdade individual e segurança coletiva, frequentemente polarizando as opiniões dos participantes.

Uma terceira vertente, o **Discurso dos Direitos e da Cidadania**, surge nas propostas que visam trazer a polícia para o ambiente escolar não como força repressiva, mas como agente educador de direitos. Essa formação discursiva articula segurança pública com formação política, sugerindo uma abordagem pedagógica que empodere os estudantes no conhecimento de suas garantias legais e dos limites da ação policial.

Por fim, o **Discurso da Desconfiança e do Receio** manifesta-se nas falas que expressam temor diante de possíveis excessos na atuação policial, revelando uma relação ambivalente com as instituições de segurança. Essas narrativas, muitas vezes baseadas em experiências pessoais ou comunitárias, destacam o desafio de construir confiança mútua entre escola, alunos e órgãos de segurança pública.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como direito fundamental, a segurança pública é responsabilidade do Estado, conforme preconiza o Artigo 144 da Constituição Federal de 1988. Essa garantia constitucional estende-se ao ambiente escolar, que deve ser um espaço seguro e propício ao desenvolvimento integral dos estudantes. A violência no ambiente escolar, em suas diversas formas, representa uma violação desse direito e impacta negativamente o processo de ensino-aprendizagem, a saúde mental e o bem-estar de toda a comunidade acadêmica.

A violência escolar não se restringe apenas a agressões físicas. Ela abrange também a violência simbólica, o bullying, o cyberbullying, o vandalismo e outras manifestações que minam o clima de respeito e a segurança no ambiente educacional. As causas da violência escolar são multifacetadas e podem estar relacionadas a fatores internos e externos à escola, como desigualdades sociais, problemas familiares, influência de grupos violentos e a falta de espaços adequados para o diálogo e a resolução de conflitos.

A articulação entre a escola e os órgãos de segurança pública é fundamental para a construção de um ambiente escolar seguro. A presença da Polícia Militar, por exemplo, pode atuar de forma preventiva e repressiva, coibindo atos de violência e criminalidade nas imediações e no interior do campus. No entanto, a segurança pública no ambiente escolar não se resume à atuação policial. É

necessário um conjunto de ações integradas que envolvam a comunidade escolar, a família, o poder público e a sociedade civil.

A proposta de um material educativo para professores possa replicar informações aos alunos sobre segurança pública e violência escolar é uma iniciativa relevante para capacitar os educadores a abordar essas questões de forma adequada em sala de aula. Ao fornecer aos professores o conhecimento e as ferramentas pedagógicas necessárias, é possível integrar a temática da segurança pública ao currículo escolar de forma transversal e significativa.

A pesquisa no IFTM Campus Uberaba sobre os espaços de discussão e a percepção da segurança pública pelos discentes é um passo importante para compreender a realidade local e identificar as necessidades específicas da comunidade acadêmica. Os resultados dessa investigação poderão fundamentar a implementação de ações e políticas mais eficazes para a promoção da segurança e a prevenção da violência no ambiente escolar.

Em suma, a segurança pública é um direito fundamental que deve ser garantido no ambiente escolar. A violência escolar, em suas diversas formas, representa uma ameaça a esse direito e ao processo educativo. A criação de espaços de discussão, a formação de professores e a articulação com os órgãos de segurança pública são estratégias importantes para a construção de um ambiente escolar seguro, acolhedor e propício ao desenvolvimento integral dos estudantes. A presente pesquisa contribui para essa reflexão ao analisar a temática no contexto específico do IFTM Campus Uberaba, buscando identificar caminhos para a promoção da segurança e a prevenção da violência na instituição

Esta pesquisa, ao investigar os espaços de discussão sobre segurança pública e violência no Campus Uberaba do IFTM, revelou a importância crítica de integrar essas temáticas ao ambiente educacional. Os resultados demonstram que, embora os alunos reconheçam a relevância do assunto, os Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio não oferecem oportunidades estruturadas para esse debate. Essa lacuna curricular contrasta com a demanda dos discentes por diálogos que os preparem para enfrentar questões de violência e segurança em sua realidade cotidiana.

A análise dos grupos focais evidenciou que os estudantes associam segurança pública não apenas à atuação policial, mas a um direito fundamental que envolve proteção coletiva, conscientização de direitos e prevenção de conflitos. Eles destacaram a necessidade de abordagens educativas contínuas, como disciplinas específicas, palestras ou rodas de conversa, preferencialmente em áreas como Sociologia, Ética ou Direitos Humanos. Além disso, a aproximação entre polícia e escola foi vista como positiva, desde que pautada por respeito e diálogo, evitando abordagens repressivas.

Como limitações, destaca-se o recorte geográfico do estudo, realizado em um único campus. Recomenda-se a expansão da pesquisa para outros contextos e a implementação de pilotos do produto educacional, monitorando seu impacto na percepção e nas práticas escolares.

Esta pesquisa contribui significativamente para o campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ao ampliar o debate acadêmico sobre segurança pública no contexto educacional, articulando teorias educacionais e sociológicas para uma compreensão mais profunda do tema. Além disso, oferece subsídios práticos para a revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), propondo a inclusão transversal da segurança pública como um eixo formativo essencial. Por fim, a pesquisa busca fomentar políticas institucionais que promovam ambientes escolares mais seguros e participativos, incentivando a colaboração entre comunidade, polícia e gestores para a construção de uma cultura de prevenção e diálogo. Dessa forma, o estudo não apenas enriquece a discussão teórica, mas também apresenta caminhos concretos para a transformação das práticas educativas e da gestão escolar na EPT.

Em síntese, a dissertação reforça que a segurança pública é um eixo formativo indispensável na educação integral. Ao transformar a escola em espaço de reflexão e ação, é possível construir não apenas profissionais qualificados, mas cidadãos conscientes e agentes de transformação social.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Aidil de Jesus Paes de. LEHFELD, Neide aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. 20 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. A sociedade líquida. Folha de São Paulo, v. 19, p. 4-9, 2003
- BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Tradução Plínio
- BAUMAN, Zygmunt. Vidas Desperdiçadas. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar. 2005
- BAUMAN, Zygmunt. Tempos Líquidos. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- BAYLEY, David H. Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa Vol. 1. Edusp, 2001.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre (2012), Sur l'État. Cours au Collège de France (1989-1992). Paris: Raisons d'Agir/Seuil.
- BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- DE MELO, Iran Ferreira. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. 2009.
- FÉTIZON, B. Sombra e luz: o tempo habitado. São Paulo: Zouk, 2002.
- FIGUEIREDO, Nébia Maria de Almeida. Método e Metodologia na pesquisa científica. 3 ed. – São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2008
- FORTUNATO, Ivan. Educação e escola e direitos humanos e sociedade e docência: a autoformação alvitrada. 2023. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- FREIRE, P. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- FREIRE, P. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

FREITAS, José Carlos de. *Privatização do espaço público ofende direitos coletivos*. 2002. Disponível em: http://www.conjur.com.br/2002-fev-17/privatizacao_areas_publicas_ofende_cidadania. Acesso em: 15 de julho de 2023

GALTUNG, Johan. *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization*. London: Sage Publications, 1996.

GIL, Antônio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. *Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos*. Paidéia (Ribeirão Preto), v. 12, p. 149-161, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

GRENFELL, Michael. *Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais*. Editora Vozes Limitada, 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, Welisson. *Metodologia de Pesquisa em Análise do Discurso face aos novos suportes midiáticos*. 2011.

MARRA, Célia Auxiliadora dos Santos. *Violência escolar: a percepção dos atores escolares e a repercussão no cotidiano da escola*. Annablume, 2007.

MARQUES W. *Metodologia de análise do discurso face aos novos suportes mediáticos. Domínios de Linguagem* Rev Eletr Ling [Internet]. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>

MINAYO, Maria Cecilia de Sousa. DESLANDES, Suely Ferreira. GOMES, Romeu. *Pesquisa Social Teoria, método e criatividade*. 27. ed. Petrópolis. Vozes, 2008

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SBARDELOTTO, Denise Kloeckner. *A escola unitária: educação e trabalho em Gramsci*. 2008.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PÊCHEUX, Michel. *Análise de discurso: teoria e história*. São Paulo: Edusp, 2008. (Obra que reúne seus principais textos e conceitos).

PÊCHEUX, Michel. *L'Analyse des discours*. Paris: Editions du Seuil, 1982.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1987.

PEREIRA, André Fernandes Rodrigues; FEIJÓ, Glauco Vaz. 100 palavras para compreender a educação profissional e tecnológica: a construção de um glossário para a EPT. *Trabalho & Educação*, v. 29, n. 3, p. 131-149, 2020

RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2006

RAMOS, Marise Nogueira. *História e política da educação profissional*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, v. 5, n. 05, p. 13-24, 2014.

RAMOS, M. *Concepção do Ensino Médio Integrado*. SETEC/MEC, 2014.

SANTOS, José Vicente Tavares do. *A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais*. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 108, p. 183-190, 2015.

SAVIANI, D. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados. 2008.

SAVIANI, D. *Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos*. Revista Brasileira de Educação, 2007.

SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Demerval. *Educação brasileira: estrutura e sistema*. Cortez, 2013.

STERING, Silvia Maria Santos et al. *A relação entre o princípio educativo de Gramsci com a educação profissional no ensino médio integrado ao PROEJA*. Revista Prática Docente, v. 6, n. 1, p. e017-e017, 2021